Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Empresarial

O **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, pelo Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem, com a presente, mover

AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO
com pedido liminar

em face de **EMPRESA DE VIAÇÃO ALGARVE LTDA.**, CNPJ 01.435.418/0001-94, estabelecida à Av. Cesário de Melo, 11.800, CEP 23.585-126, Parte – Paciência - RJ e **CONSÓRCIO SANTA CRUZ DE TRANSPORTES**, CNPJ 12.464.577/0001-33, estabelecida à Rua da Assembleia, nº 10, Sala 3911, CEP 20.011-000, Centro - RJ, pelos fatos e fundamentos alinhados a seguir:

O ciclo vicioso

- 1) O inquérito civil público que serve de base à presente foi instaurado para apurar reclamação recebida pelo Sistema de Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

acerca da alegação de prestação inadequada do serviço público essencial de transporte coletivo.

- 2) Segundo os reclamantes, a ré, na qualidade de concessionária do serviço, explora a linha nº 2308, que percorre o itinerário Cosmos x Carioca, (i) sem a devida manutenção da frota de coletivos respectiva; (ii) com tarifa não autorizada pelo poder concedente e (iii) com frota menor do que prevista pelo poder concedente, tendo sido inclusive, por estas razões, multada pela Secretaria Municipal de Transportes Urbano, o órgão fiscalizador municipal.
- 3) Devido às condições inadequadas de trafegabilidade da frota referida, a ré incorre em defeito da prestação do serviço, sendo certo que a falta de manutenção dos coletivos implica risco em relação à segurança do usuário e da própria coletividade, em violação a direito básico do consumidor *ex vi* do art. 6º, I da Lei 8.078/90.
- 4) Ademais de referidas irregularidades, inspeção técnica especializada levada a cabo pela Gerência de Apoio Operacional desta Instituição (fl. 86 e ss.) também concluiu que os intervalos dos coletivos que servem à linha em questão não são regulares, além de serem frequentes roubos (insegurança) durante o respectivo trajeto, conforme relatado pelos passageiros e ratificado pelos motoristas da linha, como aflora por leitura direta do relatório de missão respectivo.
- 5) Com isso, além de impor ao usuário a prestação do serviço sem conhecimento acerca dos horários previstos para a chegada dos coletivos às paradas, característica essencial do

serviço (art. 6º, III, CDC), a falta de regularidade implica espera inaceitável pela prestação do serviço.

- 6) De acordo com a fiscalização realizada pela Secretaria Municipal de Transportes (SMTR), em 8 de outubro de 2014, junto aos coletivos de referida linha de ônibus, verificou-se que a frota operacional da linha é de 73% da determinada pelos termos do art. 17, I, do Dec. nº 36.343, o que ensejou multa ao Consórcio Santa Cruz por operar abaixo do percentual previsto de 80%.
- 7) A falta de coletivos para inteirar o número determinado pelo poder concedente para a linha em questão contribui para que o usuário da mesma seja forçado a perder tempo esperando pela passagem do ônibus, fator que, combinado com a falta de informação sobre os horários respectivos, caracteriza mais uma violação ao direito do consumidor coletivamente considerado.
- 8) Seria simples solucionar esta questão caso estivesse a ré imbuída do espírito de respeito ao direito do consumidor e tencionasse aperfeiçoar a atividade que desempenha. Entretanto, sem intervalos regulares entre os coletivos, volta-a para a sua 'conveniência' exclusiva, que implica a ocorrência do dano. Senão vejamos:
- 9) Respeitasse o direito do usuário à informação dos horários de saída dos coletivos, estabelecendo intervalos predeterminados, já criaria mecanismo que preservaria a prestação do serviço com regularidade.
- 10) Com isso, daria conhecimento prévio aos seus usuários dos horários em que o coletivo deveria passar pelas paradas, o que

permitiria o controle do cumprimento da escala respectiva, verificando se a ré não estaria violando o seu dever de prestar o serviço adequadamente.

- 11) Para consumir o serviço, nestas condições, não seria exigido do usuário acorrer à parada e esperar pelo coletivo indefinidamente, sem a menor ideia do horário em que o mesmo estará à disposição ou da regularidade em que o mesmo chega às paradas respectivas.
- 12) Ora, se a ré, como ocorre hoje, não tiver de prestar o serviço sob horários determinados para a saída de seus coletivos, assim como com o número mínimo de veículos em sua frota como determinado pelo poder concedente, desonera-se do parâmetro exigido para controlar a regularidade da passagem dos mesmos pelas paradas respectivas.
- 13) Na realidade, a falta de coletivos parece consagrar odiosa inversão de valores, pois submete a demanda da coletividade pela prestação do serviço à conveniência da própria empresa ré, e não o contrário, isto é, o interesse supremo da coletividade impor ao concessionário o dever de oferecê-lo com a regularidade necessária.

Da modicidade das tarifas

- 14) Segundo os reclamantes, houve, também, mudança significativa no preço da passagem da linha 2308, que faz o itinerário Cosmos x Carioca, ao aumentar o valor de R\$ 5,40

(cinco reais e quarenta centavos) para R\$ 9,00 (nove reais) sem qualquer fundamentação.

- 15) De acordo com a reclamada, o preço praticado segue o Edital de Licitação da Concorrência Pública, referente ao sistema especial composto por ônibus tipo rodoviário, que seria o prestado pela referida linha.
- 16) Ocorre que, conforme relatório da Secretaria Municipal de Transportes, o valor da tarifa hoje cobrada pela ré é de R\$ 8,00 (oito reais) para qualquer ônibus, apesar de a frota ser composta por 11 (onze) coletivos, sendo 10 (dez) semi-rodoviários, cuja tarifa deveria ser de R\$ 3,00 e apenas um rodoviário, cuja tarifa poderia ser de até R\$ 9,25, todos com ar-condicionado.
- 17) Esta infração gerou, inclusive, a autuação do Consórcio Santa Cruz por cobrar tarifa além do valor determinado pelo Órgão Gestor de Transportes do Município do Rio de Janeiro, que deveria ser de R\$ 3,00 (três reais) para semi-rodoviários, que representam dez dos onze coletivos da frota da linha em questão.
- 18) Desta forma, a ré incorre em infração ao dever de prestar o serviço público essencial adequadamente, pois desatende ao princípio da modicidade das tarifas.
- 19) A ré, caso estivesse motivada a resolver o problema, poderia atender ao exigido por lei e cobrar R\$ 3,00 (três reais) pela tarifa dos ônibus semi-rodoviários e R\$ 9,25 (nove reais e vinte e cinco centavos) para o rodoviário.

20) Entretanto, a ré se omitiu reiteradamente quanto à proposta de subscrever termo de ajuste de conduta (TAC) com este órgão de execução ministerial, sem o que não restou alternativa que provocar o judiciário para obter a correção da forma de prestação do serviço e proteger o direito do consumidor coletivamente considerado.

Inspeção local

21) Considerando que, apesar do teor da reclamação recebida pelo autor, as rés, notificadas para se defenderem em sede administrativa, alegaram nenhuma irregularidade na prestação do serviço, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, através do seu Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça – GAP, que atua junto à Coordenadoria de Inteligência da Procuradoria-Geral de Justiça, procedeu à inspeção para determinar a procedência da reclamação.

22) Segundo o relatório de Supervisão de Buscas, subscrito pelos Agentes do GAP CLAUDIONOR VICENTE DE CASTRO E WALDECY MADUREIRA DE ROSÁRIO, daquela Coordenadoria, *verbis*,

`(...)

Os agentes fizeram contato com alguns **usuários**, que não quiseram se identificar, e **informaram que o intervalo de um coletivo para outro chega a ser de**

quarenta minutos, reclamaram de insegurança, **muitos assaltos no trajeto,** **sendo este fato confirmado pelos motoristas da linha'** (gn).

'Foram vistoriados os coletivos abaixo:

D90562 - Coletivo enguiçado no local, vazando óleo, aguardando reboque no local, sem previsão conforme relato do condutor do veículo.

D90551 - volante com muita folga, sem capa do volante, sem buzina, vazamento de óleo, para-choque traseiro com fissuras, lanterna direita dianteira queimada' (fl. 86/90).

- 23) Nestas condições, verificou-se, *in loco*, a ocorrência do fato alegado pelos reclamantes, corroborando-a, inclusive, quanto à falta de manutenção e à espera a que se submetem os usuários, além da insegurança no que se refere a constantes roubos no interior dos coletivos.
- 24) Constatado o fato que viola o direito do usuário à prestação adequada do serviço, justifica-se o ajuizamento da presente ação coletiva de consumo, visando a preveni-lo e repará-lo.
- 25) Nota-se que não apenas o relatório do GAP serve como fundamento da presente ação; a Secretaria Municipal de

Transporte Rodoviário vistoriou os veículos e, como visto anteriormente, multou o Consórcio Santa Cruz por prestar serviço aquém daquele determinado por lei e pelo seu próprio regulamento, tanto em relação ao estado de conservação dos coletivos, como em relação à falta de regularidade dos intervalos entre os mesmos e à tarifa praticada.

Irregularidade e inadequação

- 26) Como abordado acima, a prestação do serviço público essencial de transporte coletivo sem as balizas da regularidade caracteriza o ponto de partida do ciclo vicioso que vem a desrespeitar toda uma série de direitos do consumidor, desde a segurança e, até, a vida do usuário (art. 6º, I, CDC).
- 27) Ocorre que o usuário tem o direito básico a que os serviços públicos em geral sejam prestados com adequação e eficácia (art. 6º, X, CDC), sendo que o critério de aferição da sua adequação é, como se verá, fixado em lei.
- 28) A lei regulamentou expressamente a prestação de serviço público essencial no art. 22 do Estatuto Consumerista. Segundo referido dispositivo legal, a ré, na qualidade de concessionária do poder público tem o dever de fornecer serviços 'adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos'.
- 29) A Lei n.º 8.927/95, por sua vez, determinou o conceito de adequação e eficácia do serviço, dispondo sobre o regime de

concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição da República. Segundo o art. 6º , § 1º de referido Diploma legal, *verbis*,

‘Art. 6º – Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º – Serviço adequado é o que satisfaz as condições de **regularidade, continuidade, eficiência, segurança,** atualidade, generosidade, cortesia na sua prestação e **modicidade das tarifas**’ (gn),

30) Logo, frustra a legítima expectativa do usuário quanto à prestação do serviço.

31) Outra não é a posição de JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO que, comentando o art. 6º, I, CDC, esclarece, *verbis*,

‘Têm os consumidores e terceiros não envolvidos em dada relação de consumo incontestável direito de não serem expostos a perigos que atinjam sua incolumidade física, perigos tais representados por práticas condenáveis

no fornecimento de produtos e serviços' (In Código de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto, 8ª edição, p. 137, editora Forense Universitária).

- 32) Por outro lado, trata-se de alegação de defeito do serviço, pois a falta de regularidade e manutenção dos coletivos que servem à linha em questão são aspectos referentes ao modo do seu fornecimento (art. 14, §1º, I, CDC), comprometendo a segurança que o consumidor pode dele esperar.
- 33) Logo, mesmo que o IC que serve de base à presente já não tivesse angariado elementos suficientes para sustentar a tese de que o serviço é prestado inadequadamente, **vige no caso a inversão do ônus da prova *ope legis***, o que significa dizer que o ônus respectivo cabe ao fornecedor réu, que poderá, para afastar a sua responsabilidade pela prevenção e reparação do dano, provar alguma das circunstâncias previstas no art. 14, §3º, I e II, CDC.

A tutela urgente

- 34) A alegação de que a prática abusiva ora impugnada é recorrente fundamenta-se não só em inspeção ministerial que a verificou *in loco*, mas também em vistoria da Secretaria Municipal de Transportes Rodoviários e em reclamação a seu respeito, que se entrelaça com os elementos apurados

naquela inspeção, como o intervalo entre coletivos, o preço abusivo e a falta de manutenção da frota respectiva.

- 35) Logo, é flagrante a fumaça de bom direito que emana da tese ora sustentada, pois o serviço público essencial de transporte coletivo não tem sido prestado adequadamente, violando o preceito constitucional que confere ao consumidor o direito a receber especial proteção do Estado, assim também a Lei n.º 8.078/90 que erige a direito básico do consumidor a proteção contra práticas abusivas no fornecimento de serviços.
- 36) Verifica-se, outrossim, que a demora de um provimento jurisdicional definitivo acerca da matéria em exame implica perigo de dano irreversível ao consumidor, pois a coletividade depende do serviço para se deslocar e as condições em que o deslocamento se dá implicam risco à sua vida, segurança e patrimônio.
- 37) Este risco, em si, já é suficiente para fundamentar a antecipação da tutela, para preveni-lo, o que também se justifica pela dificuldade de reparação do dano efetivamente causado aos usuários da linha referida.
- 38) A dificuldade de comprovação implicará a impossibilidade da reparação respectiva, ao passo que a medida requerida nenhum dano reverso pode implicar para a ré.
- 39) Além disso, a demora na tutela jurisdicional implica na manutenção de ganhos indevidos das rés no que se refere a cobrança abusiva de tarifas.

40) Nestas condições, considerando que é relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final em relação às ocorrências verificadas pela má prestação do serviço até o julgamento definitivo da causa, **REQUER** notifiquem-se o réu, na pessoa de seu representante legal, para, *incontinenti*:

A) Adequar o serviço, deferindo-se o pedido para que o mesmo seja prestado com regularidade: (i) obedecendo a saída dos coletivos que servem à linha 2308 a intervalos de, no máximo, 15 (quinze) minutos; (ii) registrarem, em escala própria, a regularidade de referidos intervalos, onde deve constar a numeração de cada coletivo, assim como o horário de saída e o nome completo do seu motorista, visando a viabilizar a fiscalização do cumprimento da medida antecipatória; (iii) abster-se de pôr em circulação coletivos em mau estado de conservação e/ou sem o certificado de vistoria anual atualizado; (iv) cobrar apenas R\$ 3,00 pelo transporte prestado por coletivos semi-rodoviários, conforme determinação regulamentar.

B) Por outra, para que não deixe de ser efetivamente cumprido o preceito antecipatório ora pleiteado, r. o MP seja fixada multa suficiente para que o réu prefira cumprir o preceito a recolhê-la, sempre considerando a capacidade econômica que ostenta na qualidade de concessionária do serviço de transporte coletivo, cominada à razão de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia, valor a ser revertido

para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) previsto pelo Decreto n.º 1.306/94.

A tutela definitiva

41) Pelo exposto, requer finalmente o MP:

a) a citação do réu para, querendo, contestar a presente, sob pena de revelia, sendo presumidos como verdadeiros os fatos ora deduzidos;

b) que, após os demais trâmites processuais, seja finalmente julgada procedente a pretensão deduzida na presente ação, declarando-se abusiva a prática em questão, condenando-se o réu, outrossim, a prestar o serviço público de transporte coletivo com regularidade, correta manutenção da frota respectiva e a cobrar a tarifa efetivamente devida, tornando definitiva a tutela antecipada;

c) que recaia sobre o réu a condenação genérica a indenizar o dano que houver causado ao consumidor com o defeito do serviço (falta de regularidade e manutenção, além do ressarcimento pelas tarifas abusivas), assim como reconhecendo a obrigação genérica de reparar eventual dano moral, tanto individual como coletivo;

d) que seja o réu condenado a pagar honorários ao CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, à base de 20% sobre o valor da causa, dado o valor inestimável da condenação,

mediante depósito em conta corrente n.º 2550-7, ag. 6002, Banco Itaú S/A, na forma da Res. 801/98.

e) que sejam publicados os editais do art. 94 do CDC.

42) Protesta-se por todos os meios de prova em direito admitidos, atribuindo-se à causa, de valor inestimável, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2014.

RODRIGO TERRA

Promotor de Justiça